

RECORTE - REVISTA DE LINGUAGEM, CULTURA E DISCURSO

Ano 4 - Número 7 - Julho a Dezembro de 2007

[início](#)

UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA TRADUÇÃO¹

Angela Maria da Silva Corrêa
UFRJ

ABSTRACT – Translation results from the transfer of a text in a native language to a text in another language, keeping what is believed to be the "same" meaning, according to the "Translating Contract" in effect. From a discursive point of view, the translator is, at the same time, an interpreter and a communicator, as well as, necessarily, an "analyzing subject".

1. O QUE É TRADUÇÃO?

Quando se diz: “esta tradução é boa” ou “esta tradução é ruim”, geralmente se trata de uma referência ao resultado estático do ato de traduzir.

De um ponto de vista dinâmico, pode-se propor a definição seguinte: tradução é o processo pelo qual se efetua a passagem de um texto de uma língua para outra língua.

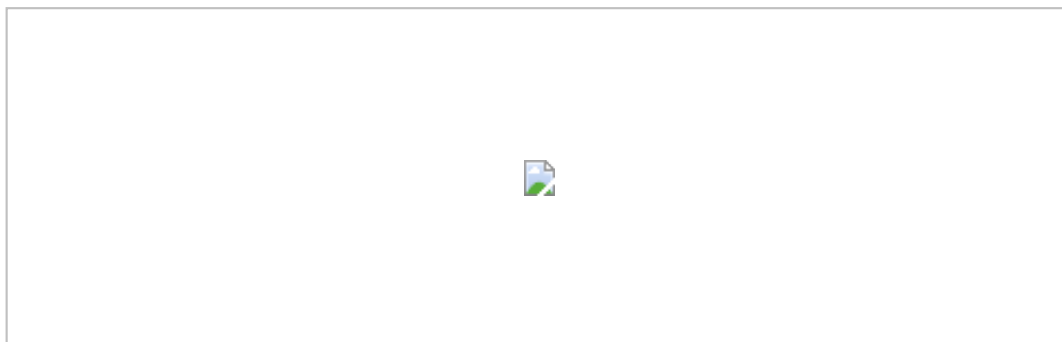
Ou então, como propõe M. Lederer, no artigo “*La traduction simultanée*”: “utilizamos o termo *tradução* para designar o conjunto de atividades, orais ou escritas, que visam passar o conteúdo de um texto ou de um discurso para um outro texto ou discurso”(LEDERER, 1986, 136).

Assim, o texto que foi traduzido e o texto resultante têm sido chamados, pelos lingüistas e teóricos da tradução, de diferentes maneiras: texto em língua fonte x texto em língua alvo (TLFxTLA), texto em língua de partida x texto em língua de chegada (TLPxTLC), texto na língua original x texto na língua de tradução (TLOxTLT). Manteremos aqui as designações TLP e TLC.

A primeira definição acima enfatiza a questão da diferença entre as línguas – “passar um texto de uma língua para outra” – enquanto a segunda enfatiza que o objetivo da tradução é manter o conteúdo do TLP no TLC. Podemos propor uma definição que integre as duas acima: traduzir é passar um texto de uma língua para outra, procurando manter no TLC o mesmo sentido do TLP.

2. UMA REPRESENTAÇÃO COMUNICATIVA DA TRADUÇÃO

Examine-se o esquema seguinte, que se inspirou no artigo de Jakobson (1963) sobre tradução:



Nesta concepção, a mensagem “passa” do emissor para o receptor como se fosse um objeto, sendo cada uma das línguas um código: o receptor-1 decodifica a primeira mensagem para reproduzi-la num novo código. Assim, a mensagem em LC seria produzida por um emissor-2 que, num primeiro momento, assumiria o papel de receptor-1. Em seu processo de “emissão”, visaria reproduzir, em outra língua, a “mensagem” do TLP para um receptor-2, diferente daquele previsto pelo emissor-1.

O tradutor teria então um duplo papel: o de receptor-1 e o de emissor-2, servindo de transmissor da mensagem do TLP ao receptor-2, numa outra língua.

O “canal” de transmissão pode ser do mesmo tipo nas duas mensagens: no caso da tradução de textos escritos, o canal é visual e estático em ambas as mensagens, o tradutor tem acesso ao texto impresso e produz um texto impresso. O canal pode ser também de tipos diferentes: isto acontece quando se traduz oralmente um texto escrito. Nesse caso, o canal da mensagem 1 é visual e estático, enquanto o da mensagem 2 é predominantemente sonoro e dinâmico, visto que o receptor-2 tem acesso direto ao processo de produção da mensagem-2.

Se pensarmos no caso específico da interpretação simultânea de um discurso em língua oral para a língua de sinais, verificamos que também há diversidade de canais. Na mensagem-1, em língua oral, o canal é sonoro e dinâmico, e na mensagem-2, o canal é visual e dinâmico.

Entretanto, tal concepção é criticável, pois dissimula tanto o trabalho do “emissor-1” e do “emissor-2” (que doravante chamarei de Comunicantes), tanto quanto o dos “receptores” (que doravante chamarei de Interpretantes).

3. UMA CONCEPÇÃO DISCURSIVO-PRAGMÁTICA DA TRADUÇÃO

3.1. A primeira fase do processo: a interpretação do TLP

O esquema acima parece supor que o contato do tradutor com o TLP resultou de uma simples decodificação lingüística de uma mensagem pré-existente, pois faz uso de designações tais como “emissor” e “receptor”,

próprias da teoria da comunicação que se ocupa da transmissão de mensagens através de aparelhos. Numa visão discursivo-pragmática do texto, no entanto, o TLP resulta de um “ato de linguagem”, produzido por um “sujeito comunicante” (CHARAUDEAU, 1983, 37), levando-se em consideração todas as circunstâncias de produção deste ato.

Assim, qualquer um de nós, ao ler um texto, assume imediatamente o papel de sujeito interpretante dentro de um contrato comunicativo — daí dizer-se que todo ato de linguagem, quer para a instância de produção, quer para a instância de interpretação, é sobredeterminado por um contrato comunicativo.

Exemplificando: se eu recebo uma carta de um amigo, o contrato comunicativo sobredeterminante (que, no caso, poderíamos chamar de “correspondência familiar”) me leva a criar expectativas diferentes daquelas que criaria se recebesse uma carta enviada por um colega de outra universidade que eu não conhecesse pessoalmente. Ainda que a finalidade da segunda carta fosse a mesma, qual seja, a de pedir conselhos sobre o futuro de sua carreira, o contrato comunicativo mudaria, passando a ser um contrato de “correspondência acadêmica”. Assim sendo, diferentes tipos de relações interpessoais que o SI reconhece entre ele e seu correspondente determinam diferentes “projetos de leitura” que o farão recorrer a diferentes estratégias interpretativas.

Desse modo, ao entrar em contato com o TLP, o tradutor é um Interpretante, e assume o papel de destinatário do ato de linguagem produzido pelo Comunicante-1 — isto é, o papel que lhe está reservado dentro do contrato comunicativo posto em cena pelo TLP. Isto significa que atualiza uma série de saberes que lhe permitirão interpretar o TLP, num processo de formulação e verificação de hipóteses sobre as intenções comunicativas do Comunicante. Em seu processo interpretativo, atribui sentidos ao TLP, graças às pistas lingüísticas, textuais, discursivas e situacionais que confirmam ou não suas hipóteses — não sendo possível, portanto, dizer-se que haja um mero processo de decodificação do texto por parte do leitor e/ou ouvinte (cf. KLEIMAN, 1989, 82).

Em resumo, a primeira fase do processo tradutório é interpretativa — pois contrariamente à crença dos aprendizes de língua estrangeira de que para se compreender um texto é necessário traduzi-lo, cabe afirmar que para se traduzir um texto é necessário, antes de mais nada, compreendê-lo. E como não há compreensão de um texto sem interpretação, esta é uma condição *sine qua non* do ato tradutório.

Voltando ao esquema inicial, vê-se que não é possível postular a existência de uma “mensagem transmitida”: o que há é um processo de atribuição de sentidos ao TLP com base nas pistas fornecidas pela materialidade do texto, em interação com o conhecimento prévio do interpretante. A mensagem, se é que se pode falar assim, não é um dado do TLP: ela é reconstruída pelo interpretante, é o resultado de seu processo interpretativo.

3.2. A segunda fase do processo: a produção do TLC

No processo de produção do TLC, o Comunicante-2 tem um “status” diferente do Comunicante-1: ele assume o papel de mediador de um texto da LP para a LC — um papel já previsto no que podemos chamar de contrato tradutório, sobredeterminante de seu processo de produção.

O papel de mediador tem, como principal peculiaridade, o fato de que o tradutor está ligado simultaneamente a dois diferentes contratos de

comunicação. Quando se trata da tradução escrita, desenvolve simultaneamente um projeto de leitura (onde desempenha o papel de Interpretante do TLP) e um projeto de escritura (no papel de Comunicante no contrato comunicativo do TLC). Este projeto de escritura está atrelado ao projeto de escritura do Comunicante-1. Por conseguinte, atualiza ao mesmo tempo os saberes necessários ao processo interpretativo do TLP e ao processo produtivo de um TLC.

Deve-se levar em conta, além disso, que as circunstâncias de produção de uma tradução diferem daquelas que presidem a produção de textos tidos como originais, não apenas pelo fato de que o TLC resulta de uma tentativa de reconstrução do TLP numa outra língua: o contrato tradutório presume que o tradutor está ligado ao autor do TLP por um contrato de fidelidade, isto é, o TLC deverá “ser fiel ao original”. Assim sendo, os interpretantes do TLC esperam que este mantenha uma relação de equivalência semântica, pragmática e sociocultural com o TLP.

Postulando-se a existência deste contrato de fidelidade, cabe indagar como é possível ao tradutor ser fiel ao TLP, se a mensagem não é um dado pronto, anterior ao processo interpretativo, mas sim o resultado deste processo. Na tradução escrita, isto implicaria que o tradutor só poderia ser fiel à sua leitura. Na tradução oral, o intérprete só poderia ser fiel à sua interpretação.

É claro que esta concepção, levada às últimas conseqüências, tornaria inválida qualquer proposta de avaliação da qualidade das traduções.

Na tentativa de resolver esse impasse, em minha tese de doutorado (cf. CORRÊA, 1991, 38-47) defendo que o tradutor atua não apenas como um Sujeito interpretante, mas também como um Sujeito analisante — seu compromisso vai além da fidelidade à sua leitura enquanto indivíduo, levando-o a proceder ao que chamo de “melhor leitura possível” num dado momento socio-historico-cultural.

Em seu papel de sujeito analisante, o tradutor avalia previamente onde, como, por quem, para quem e para quê o TLP foi produzido — construindo, assim, uma representação das relações pragmáticas que presidiram à produção do TLP. Avalia também que tipo de leitor estaria interessado no TLC, os tipos de saberes que este leitor potencial possui e os tipos de saberes que terá de mobilizar para produzir o TLC. Neste ponto, põe em cena os componentes lingüísticos, discursivos, pragmáticos e enciclopédicos necessários à reconstrução, no TLC, dos efeitos de sentido interpretados no TLP. Se o TLP for um romance, por exemplo, procurará meios de reconstruir tanto os componentes do contrato ficcional (os componentes da “história”) quanto os do contrato literário (os componentes capazes de produzir efeitos estéticos).

Vê-se, pois, que a boa tradução depende, ao mesmo tempo, da capacidade interpretativa e da capacidade produtiva do tradutor, aliadas à capacidade de encontrar, na passagem de uma língua para outra, os meios que venham a produzir, no interpretante do TLC, efeitos de sentido equivalentes àqueles produzidos pelo TLP em seus interpretantes — ou melhor, efeitos de sentido que o tradutor, enquanto Sujeito analisante do TLP e de seu próprio texto (o TLC), identificou como equivalentes.

4. EXEMPLOS DE PROBLEMAS DE TRADUÇÃO

Num livro considerado clássico, onde comparam as línguas inglesa e

francesa com vistas à atividade da tradução, Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet (cf. VINAY & DARBELNET, 1977, 49) propõem uma distinção entre o que consideram ser “tradução direta” e “tradução oblíqua”. Sem nos determos aqui nos procedimentos característicos de cada uma dessas modalidades, cabe assinalar que a tradução oblíqua é aquela que deve ser utilizada cada vez que a fidelidade à forma do TLP produzir resultados inaceitáveis – o que se pode chamar de erros de tradução.

Identifiquei, em minha tese, os seguintes tipos de erros:

4.1. Erros por falhas na competência lingüística

a) Tradução injustificada, no texto que analisei, de “*sourcils*” (fr.) por “pestanas”, quando cabia perfeitamente no contexto a tradução literal “sobrancelhas”.

b) Outros exemplos se prendem a armadilhas da semelhança fônica: “*lame*” traduzido por “lama” (em vez de “onda” ou “vaga”), “*violon*” traduzido por “violão” (em vez de “violino”), “*rame*” por “ramo” (em vez de “remo”). Verifica-se também a ocorrência de confusão entre homônimos (“*son*” traduzido por “som” e não por “farelo”) e entre parônimos (“*atteindra*” traduzido por “esperará” em vez de “atingirá”).

c) Armadilhas da idiomatização: inúmeros erros prendem-se à ignorância da idiomatização de processos de derivação e de composição. Os vocábulos derivados com prefixo “re-” em francês, por exemplo, nem sempre mantêm intacta a autonomia significativa deste prefixo. A tradução de “*renvoyer*” por “enviar novamente”, quando no contexto em questão a tradução correta seria “adiar”, é um dos exemplos que se prendem a este tipo de falha.

Há também exemplos de lexias (unidades lexicais formadas da reunião de outras unidades lexicais), tais como “*vieilles filles*” (em port. “solteironas”), e “*emploi du temps*” (em português, “grade horária” ou mesmo “agenda”), que foram traduzidas erradamente por “velhas filhas” e “emprego do tempo”, provavelmente por ignorância de que seu significado global não resulta da soma dos significados isolados das partes.

d) Erros na estruturação de sintagmas e enunciados na LC:

Influenciado pela estrutura gramatical do francês, o tradutor produziu uma série de enunciados que infringem as regras gramaticais do português, como os seguintes, que dispensam comentários:

“Melaine Hus se acorda de repente da morte”.

“Desde um breve momento há qualquer coisa que se passa do lado da claridade”.

“Segui-lo passo a passo o mais tempo possível”.

“Suplico-lhe de não partir”.

4.2. Erros por falha na articulação das competências lingüística e discursiva

Tais erros foram assim classificados porque, apesar de se prenderem principalmente a uma insuficiência de conhecimentos lingüísticos, poderiam ter sido detectados pelo tradutor se este tivesse tido consciência de que sua tarefa era a de produzir um texto, e de que, para isso, deveria ter o cuidado de manter, no TLC, o mesmo tipo de coerência encontrada entre os componentes do TLP, não só quanto à estruturação semântica dos enunciados, quanto à

própria estruturação discursiva.

Os erros arrolados sob este tipo de falha provêm ora do desconhecimento ou desconsideração da polissemia dos vocábulos, ora do desconhecimento da gramática da LP.

Desconhecer a polissemia dos vocábulos leva o tradutor a escolhas que afastam o TLC do sentido interpretável em TLP, ferindo o contrato de fidelidade. É o que ocorre, por exemplo, na tradução de "*lâcheté*" por "covardia" quando a situação descrita leva apenas ao sentido de "fraqueza", não implicando o traço significativo "medo".

Em outras seqüências, é a própria coerência do texto em LC que fica comprometida: em "tornar-se novamente viúva", por exemplo, para traduzir "*redevenir veuve*". O verbo "tornar-se" interpreta-se como um processo gradual, enquanto que a qualificação "viúva" interpreta-se como resultante de uma mudança brusca.

Em outras ocorrências, a escolha errônea da acepção do vocábulo resultou em uma tradução que, apesar de aceitável no âmbito do enunciado, associa-se a esquemas cognitivos em desacordo com a cena que está sendo narrada. Traduzir "*trappeur*" por "negociante de peles", por exemplo, é inadequado para uma seqüência em que está sendo qualificada a capacidade auditiva acurada, propriedade característica do "caçador".

Os erros por desconhecimento da gramática manifestaram-se na tradução equivocada de sintagmas preposicionais e na confusão entre o artigo indefinido "*des*" e a contração da preposição "*de*" com o artigo "*les*", homônima ao indefinido. Em todos os casos levantados houve prejuízo à coerência textual.

Verificaram-se também erros na interpretação de categorias gramaticais – confusão entre advérbios e indefinidos, adjetivos e advérbios, indefinidos e substantivos, adjetivos e verbos e mesmo entre substantivo e advérbio.

Não sustento, com estas observações, que as categorias gramaticais tenham de ser obrigatoriamente mantidas de LP em LC – ao contrário, muitas vezes é imperativo que sejam mudadas. Mas, nos casos examinados, o resultado, na maioria das vezes, foi a produção de enunciados incoerentes ou de seqüências de enunciados incoerentes – como a tradução equivocada do indefinido "*personne*" por "uma pessoa" no enunciado "Viva e ágil como uma pessoa no mundo, salvo..." em vez de "viva e ágil como ninguém, salvo..."

4.3. Erros por falhas na competência discursiva

Sob esse aspecto, abordo principalmente a tradução dos pronomes "*tu*" e "*vous*" do francês, que depende estreitamente das relações que se constroem ficcionalmente entre os personagens do romance, e também entre a personagem principal e o leitor. Verifica-se que, "grosso modo", deve ser mantida a correspondência "*tu*" - você, e "*vous*" - o senhor, a senhora, e "*vous*" - vocês (no caso de um referente múltiplo).

Neste aspecto, verifico, no texto examinado, que o tradutor usou "você" para traduzir inadequadamente tanto "*tu*" quanto "*vous*". Qualifico tal procedimento de erro por falha na competência discursiva, uma vez que a escolha do pronome depende da estratégia discursiva – a ser mantida, tanto quanto possível, no TLC.

Em outro momento, mostro como a tradução dos dêiticos e dos anafóricos depende de um cálculo da posição do sujeito enunciador com relação ao que está sendo mostrado ou retomado no discurso – o que muitas vezes é mal resolvido no TLC. Por exemplo, não há correspondência exata entre a série

"*ici- là - là-bas*" do francês e as séries "aqui-ali-aí" e "cá-lá-acolá" do português. Como saber se "*là*" deve ser traduzido por "ali", "aí" ou "lá"?

Quanto aos demonstrativos, enquanto na maioria dos casos a ocorrência de "*ce*" (e flexões) sem as especificações "*ci*" ou "*là*" (que podem acompanhá-los para efeitos de contraste) é a mais corrente, em português temos o trio "este-esse-aquele" (e flexões). Como traduzi-los sem levar em conta a *mise-en-scène* discursiva?

Abordo igualmente as diversas traduções de enunciados construídos com o pronome "*on*", cuja tradução correta depende do exame da *mise-en-scène* discursiva que constrói o seu valor referencial. Distingue-se então o pronome "*on*" genérico referindo-se a todo e qualquer indivíduo da classe dos humanos, independentemente de seu papel enunciativo, do pronome "*on*" de 3ª pessoa, referindo-se ora a um ou a mais de um elemento não especificado de um conjunto, ora à totalidade de um conjunto; distingue-se também o pronome "*on*" que ora se refere à 1ª pessoa ora à 2ª pessoa do discurso. Em todos os casos examinados, foram propostas traduções em estreita dependência da *mise-en-scène* discursiva, não sendo possível generalizar uma ou duas fórmulas de tradução de enunciados com "*on*".

Outras questões podem ser levantadas quanto à tipologia de erros que esbocei aqui, algumas das quais discuto em minha tese, e outras que certamente caberia melhorar e aperfeiçoar. Resta assinalar que além das competências lingüística e discursiva do tradutor, citadas aqui, entra também em jogo sua bagagem cultural, que vão permitir-lhe chegar a soluções de tradução mais satisfatórias, não só quanto à fidelidade ao TLP, mas também quanto à adequação de seu texto ao público a que se destina.

NOTA

1. O presente texto é uma adaptação/fusão/ampliação de dois outros. O primeiro: CORRÊA, Angela Maria da Silva. Oficina de tradução francês-português: o processo tradutório. *Estudos Neolatinos; Pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro, Fac. de Letras da UFRJ, v.1, n.1, 1996. p.285-288. O segundo é: CORRÊA, Angela Maria da Silva. Erros em tradução do francês para o português: do plano lingüístico ao plano discursivo. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. São Paulo, ABRALIN, v. 14, 1993. p. 459-466.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEDERER, Marianne. La traduction simultanée. In: _____. *Interpréter pour traduire*. Paris : Didier-Érudition, 1986. p. 136.

JAKOBSON, Roman. Aspects linguistiques de la traduction. In: _____. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963. p. 78-86.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983. p. 37-81.

KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CORRÊA, Angela Maria da Silva. *Erros em tradução do francês para o português: do plano lingüístico ao plano discursivo*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de Doutorado orientada pela Profa. Dra. Miriam Lemle. 1991. p. 38-47.

VINAY, Jean-Paul & DARBELNET, Jean. *Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction*. Paris : Didier, 1977. Nouvelle édition revue et corrigée. (Primeira edição: 1958). p. 49.